

R E S E N H A

"A REPÚBLICA BRASILEIRA — 1964/1984"

IVALDO VIEIRA

Resenha elaborada por Vera Maria Ribeiro^a

O tema abordado, embora bastante explorado nos últimos anos, o tem sido feito a partir de visões ou muito apaixonadas ou por especialistas que não tem paixão alguma, tornando os relatos simples compilação de dados históricos relacionados a fatores econômicos e políticos. Tal não ocorre com o livro "A República Brasileira — 1964/1984". O autor resgata uma fase penosa e dolorosa da vida brasileira, de forma fluída e clara, permitindo ao leitor, mesmo os que não viveram os "anos negros", compreender as maquinacões e fatos que influem até hoje na vida do país.

O eixo central do livro é a demonstração, através dos fatos apresentados em uma seqüência histórica da progressiva ampliação do poder presidencial as custas da repressão às instituições civis. Conclui, demonstrando que o final do regime militarista foi um acerto entre antigas e novas lideranças pertencentes à classe dominante. Evidencia na ação dos governantes e grupos privilegiados, a idéia do capitalismo brasileiro, fundado na perspectiva de um desenvolvimento econômico viabilizando transformações conjunturais a partir da acumulação do capital. Tal não somente não foi concretizado como piorou de forma alarmante a situação da classe média, trabalhadora e subalter-nizada.

Os capítulos são ordenados segundo a gestão de cada presidente e o título dos mesmos já indica a tônica de cada governo, de forma irônica e contundente.

O primeiro capítulo — "Castelo Branco — contra a lei e defendendo a democracia" mostra os antecedentes do golpe militar e as formas encontradas para a pretensa preservação da democracia, alterações constitucionais casuísticas, fortalecendo o grupo militar que assume o poder. Há um arremedo de eleição pelo Congresso Nacional e o candidato indicado pelas Forças Armadas assume a presidência, iniciando-se assim efetivamente o ciclo dos governos militares.

O discurso presidencial indicava a preocupação com a democracia, fundamentada na ascensão do trabalhador e no pleno desenvolvimento econômico e social, enquanto em contrapartida as medidas impunham uma rígida fórmula para os ajustes salariais, baseados na ficção econômica, a militarização nas instituições civis e o papel ideológico da Escola Superior de Guerra era cada vez mais intenso,

com plena aceitação dos segmentos da classe média, que eram convidados freqüentemente para cursos rápidos na citada Escola.

No segundo capítulo, intitulado com muita propriedade "Costa e Silva: abaixo a constituição, viva a constituição", denota-se o período de crise dentro das próprias Forças Armadas e uma oposição relativa da sociedade civil, inclusive com a criação da Frente Ampla, liderada pelos governadores de Minas e Guanabara, logo em seguida sufocada. Aparecem reivindicações por melhorias salariais, combate a inflação e controle do custo de vida. Ocorrem greves freqüentes, destacando-se a de Contagem e Osasco. No final do Governo Costa e Silva, a partir de um motivo um tanto banal e que assumiu características que ultrapassam sua importância, um discurso proferido no Congresso pelo Deputado Márico Moreira Alves, considerado ofensivo às Forças Armadas, detona o ato institucional n. 5, que limitou de forma drástica a organização política do país, deixando um saldo negativo pelos constantes abusos do poder por conferido, em todas as esferas da vida nacional.

Em "Garrastazu Médici e os milagres da República", capítulo que mostra a acelerada da repressão, tanto na sociedade civil como no meio militar, onde o Governo Revolucionário, conforme sua autodenominação, mostra sua face mais perversa. Ao lado do crescimento econômico acentuado, a concentração de renda e o arrocho salarial levavam a condições inaceitáveis de vida aos trabalhadores, embora a classe média mantivesse um nível crescente de consumo e portanto de apoio às medidas militares. O discurso do Poder em relação à democracia era paradoxal e contraditório, combatendo-a e incentivando-a, conforme a circunstância e o ouvinte. Assumiu o caráter ditatorial explícito e convicto de suas certezas quanto onde grassava o mal na sociedade brasileira. Quanto ao desenvolvimento, expressava a mesma opinião dos antecedentes e acreditava que o Brasil se encaminhava para ser uma grande potência, o que era desmentido pelo cotidiano dos trabalhadores, sob constante ameaça de desemprego e achatamento salarial. A censura à imprensa é rigorosa, formando a opinião pública de acordo com a intencionalidade governamental. Os grupos oposicionistas, em virtude das circunstâncias repressoras se radicalizaram e a resposta é uma nova Lei da Segurança Nacional, a qual destrói a liberdade pública

^a Departamento de Serviço Social — CESA/U.E.L.

e individual no país. Cumpre o tempo regulamentar de mandato e entrega ao General Ernesto Geisel, em 15/03/74, o comando da nação.

No capítulo que aborda o governo do General Geisel, intitulado "Ernesto Geisel: a abertura política para principiantes", esclarece como se inicia o fim do milagre brasileiro e a abertura democrática, segura, lenta e gradual. Propunha ao país a continuidade do crescimento econômico com o mínimo de segurança indispensável. Em busca de apoio político e social, divulga a teoria da distensão, diminuindo a pressão exercida sobre a sociedade civil, no discurso. Deveria ser alancada a distensão com a supressão da censura prévia a imprensa, estabelecimentos de limites para o exercício dos direitos humanos (influência Governo Carter) e reformas eleitorais e por fim a revogação do AI-5. As oposições se fortalecem e abrigam-se sob a égide do único partido oposicionista legal, o MDB. Com esse fato e devido a quedas constantes no PIB e conseqüente repercussão sobre a classe média e trabalhadora, o General Geisel altera sua linha de discurso, retorna à linha dura e coloca novamente o AI-5 em ação. Fecha o Congresso Nacional e aproveita para reformular a legislação eleitoral, criando o artifício dos senadores bônicos e tornando permanente as eleições indiretas para Governadores Estaduais. A Igreja, a OAB, a ABI e outros movimentos de base, iniciam, ou melhor rearticulam suas forças e passam a denunciar de forma sistemática a violência e a posição autoritária do Presidente. Geisel indica como sucessor o General João Figueiredo, cujo governo é o tema do capítulo intitulado "João Batista Figueiredo: da força da democracia ou da democracia da força". Poderia ser também "Ou eu faço (a democracia) ou arrebento", indicando o caráter tempestuoso e voluntarioso do Presidente. Promulga a lei da Anistia e tenta implantar uma democracia de acordo com seus padrões e modelos. Permite novas agre-

miações partidárias e surgem o PT, PP, PTB, além da reforma do PMDB e PDS (ex-Arena).

A perspectiva da abertura leva à preocupação com o sucessor de Figueiredo, ocorrendo intensa mobilização popular em torno de eleições diretas, que não são aprovadas mas mostram a força da organização popular. No aspecto econômico o Presidente enfrenta índices recordes de inflação e recorre ao FMI, fato que é considerado um fracasso na condução dos destinos da nação. Movimentam-se setores diferenciados, como os agricultores do Rio Grande do Sul, contra o Ministro Delfim Neto.

O tema da sucessão presidencial é uma constante e despontam dois candidatos à eleição — Paulo Salim Maluf e Tancredo Neves. Ambos com discursos não coerentes e variáveis a cada momento. Vence Tancredo Neves, pertencente ao PMDB — Aliança Democrática — PFL e com esse fato surge uma nova composição de forças dirigentes brasileiras, com antigos políticos novamente em evidência, ao lado de novos, que são remanescentes dos governos militares.

Consegue o autor atingir o intento pretendido, pois fica exposto através da seleção dos fatos apresentados a inconsistência entre o discurso do poder e sua prática, bem como os resultados perversos à vida econômica e social da nação.

Concluindo, parafraseando Cláudio Abramo, na "Folha de São Paulo", de 21/05/87, a passagem do Governo João Figueiredo para a Nova República não foi uma transição, mas uma "transação", com os mesmos novos velhos grupos se rearticulando para a permanência no poder e a elite militar como a guardiã da democracia. Chama a atenção e frisa o comentário anterior o fato do livro praticamente ter-se iniciado com Tancredo e finalizado com o mesmo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

VIEIRA, EVALDO. *A república brasileira: 1964/1984*. São Paulo, Moderna, 1985.

Recebido para publicação em 16/3/1988.